



EDITORIAL

Stefania Becattini Vaccaro

Prezados Leitores,

É na arena das Políticas Públicas que as diferentes demandas sociais são apresentadas e também é nesse espaço que a alocação dos escassos recursos públicos é definida. Por isso, esse campo de estudo tem importância estratégica para as sociedades modernas. As decisões aqui estão longe, muito longe, da neutralidade. Seja porque cada escolha contempla uma opção metodológica e teórica; seja porque as ações das políticas públicas constroem as bases de estruturação da sociedade. Daí esse campo de estudo ser tão rico e diverso.

A **Revista Perspectivas em Políticas Públicas (PPP)** sempre teve o objetivo de contribuir para o amadurecimento desse debate. Ao longo dos seus 10 anos de existência, este periódico se pautou pela diversidade e buscou estabelecer uma rica interlocução entre a Universidade e a Sociedade. Foram anos de crescimento e de consolidação da Revista como uma referência importante na área de políticas públicas. Conseguimos alcançar a classificação B3 pela CAPES. Essa vitória, em muito, reflete o trabalho de duas mulheres que incansavelmente se envolveram na edição da revista: a Profa. Carmem Lúcia de Castro Freitas e a Profa. Cynthia Rúbia Braga Gontijo.

11

Na última reunião do Comitê Editorial se realizou votação para a função de editor-chefe. Unanimemente, o nome da Profa. Núbia Braga Ribeiro foi indicado. Ela, bravamente, aceitou a missão de continuar a buscar a excelência no debate acadêmico. Por outro lado, a Direção da Faculdade de Políticas Públicas (FaPP) também mudou de comando. Assume o cargo o Prof. Rogério Tobias. São ventos de mudanças. Contudo, a história também é feita de permanências.

O leitor irá perceber que o objetivo da **Revista PPP** segue o mesmo: consolidar um espaço de reflexão crítica sobre as políticas públicas. A prova está nessa 20ª edição. Neste volume, encontram-se oito preciosos artigos.

12

Os quatro primeiros textos discutem a temática do sistema prisional e das drogas. Temas de alta relevância para o deslinde dos problemas de segurança pública que a todos atinge. Marina Pimenta e Rafaelle Lopes reafirmam o trabalho como componente central de organização das sociedades e, especialmente, como mecanismo de inclusão social dos egressos do sistema penal. No artigo, as Autoras apresentam o duplo desafio de garantir a inserção dos egressos no sistema produtivo. Além disso, elas realizam uma revisão de literatura identificando que, apesar do exponencial crescimento da massa carcerária no Brasil, há apenas um discreto aumento na produção de artigos acerca dessa questão social.

Também sobre o sistema prisional é a análise realizada por Adriana Corrêa de Andrade, Douglas Antônio Rocha Dinis, Douglas Mariano José Amado Mamede e Erik Barbosa da Silva. Os Autores buscam discutir quais os possíveis reflexos no sistema prisional de Minas Gerais da proposta de redução da maioria penal. Para tanto, analisam as principais propostas legislativas envolvendo a redução da maioria penal em contraposição aos dados quantitativos do Mapa do Encarceramento disponíveis no sítio da Secretária de Estado de Defesa Social de Minas Gerais (SEDS). Em

face disso, argumentam que a proposta de mudança legislativa pode acentuar, ainda mais, o crescimento do contingente carcerário. Além disso, argumentam a ausência de políticas públicas capazes de construir um espaço adequado à ressocialização. Uma combinação de efeitos perversos.

Ainda, próximo a esse debate, está o artigo *Presídio Regional de Pelotas: um estudo sobre apenadas e as políticas públicas voltadas para sua ressocialização*. Nele, Letícia Caldas Lopes, Patrícia dos Santos Lopes Soares e Rodrigo Serpa Pinto investigam se o PRP-RS tem ofertado atividades capazes de propiciar a ressocialização das apenadas e se as presidiárias têm positivamente respondido às ações propostas. Sob este aspecto, o artigo revela ser baixa a oferta de atividades inclusivas das presidiárias e também revela ser apenas mediana a satisfação das presas no que tange às ações realizadas. Os autores ainda analisam o perfil socioeconômico das presidiárias e evidenciam a composição da massa carcerária: mulheres sobrantes do sistema social. Negras e pardas, de baixa escolaridade e pobres. Mulheres que se envolvem no tráfico e que têm suas vidas aprisionadas.

13

É precisamente neste ponto que João Eric Mendes Lopes traz sua contribuição. O autor traça uma cronologia da utilização social de *paraísos artificiais* e também argumenta como, ao longo da história, há um deslocamento da compreensão do uso de alguns entorpecentes. Da irrelevância jurídica ao ilícito penal; da aceitação do fato sociocultural à estigmatização e ao repúdio. A partir daí, o autor argumenta que as ações governamentais proibicionistas e de forte repreensão às drogas fracassaram devendo a perspectiva da saúde pública ser o novo discurso legitimador para as intervenções governamentais.

A saúde é, portanto, o elemento de conexão com o artigo de Lucas Vasconcelos Priante, Leonor Bernadete Aleixo dos Santos, Jean Serrão

Oliveira, Adenes Teixeira Alves. Esses autores realizaram um estudo da execução orçamentária do fundo municipal de saúde de Manaus no período de 2012 a 2014 e, ainda, realizaram uma contraposição com os dados do Portal da Transparência relativos à Lei de Responsabilidade Fiscal. O objetivo foi estabelecer uma análise comparativa entre o programado e o efetivamente realizado nas receitas e gastos públicos. A importância desse estudo é a evidência do orçamento público como uma peça de planejamento e de controle social.

14

Aliás, planejamento é a palavra-chave para ações de longo prazo transformadoras da realidade social. Ação, hoje, indissociável da apropriação e da análise de dados. É, pois, aí que se inscreve o artigo de Patrícia Soraya Mustafa, Paula Regina de Jesus Pinsetta Pavarina, Maísa Faleiros da Cunha e Cassio Garcia Ribeiro, o qual demonstra a possibilidade de utilização do Cadastro Único para subsidiar as políticas públicas. Os autores evidenciam, com base no estudo da realidade de dois municípios brasileiros, que os dados constantes no CadÚnico vão muito além dos aspectos da extrema pobreza e podem constituir um diagnóstico socioeconômico dos territórios.

Ainda sob a vertente do planejamento se inscreve o artigo de Erasmo José Gomes, Márcio Bobik Braga e Amaury Patrick Gremaud. Nesse estudo, os autores realizam a sistematização das políticas, de desenvolvimento industrial e de estímulo à inovação, realizadas entre 1995 a 2010. O enfoque da pesquisa está na concessão pelo Estado de incentivo fiscal/financeiro como indutor de ações da iniciativa privada. Os resultados afastam a ideia de que o Brasil abandonou qualquer instrumento de política industrial a partir dos anos 90. Os autores ainda organizaram os dados de pesquisa para evidenciar convergências e diferenças entre os períodos do governo comandado pelo PSDB e pelo PT.

Noutro giro, mas não menos importante, se inscreve o artigo de Corina Alves Farinha. A autora, adotando como pano de fundo as ações afirmativas governamentais relativas às pessoas LGBT, realizou uma investigação qualitativa do processo de recrutamento e de seleção dessa camada populacional. O objetivo foi verificar a percepção dos profissionais de recrutamento e dos futuros gestores de organizações sociais acerca do tema. A constatação é de que ainda permanece entre os profissionais da área uma dificuldade de tratamento direcionado a esse público e que a superação dessa resistência tem sido oferecida, em grande parte, pela postura ativa dos candidatos. A autora, no entanto, reafirma a necessidade de permanência das políticas públicas direcionadas a esse segmento como forma de construir uma sociedade mais inclusiva.

Já na Sessão Ponto de Vista, Leonardo Koury Martins traz consistentes argumentos para a compreensão do “ato alimentar” como um elemento central de organização de política pública. Ao discutir os pratos de Minas, o autor demonstra como os juízos de gosto da produção ao consumo refletem aspectos culturais e da territorialidade. Afora isso, o autor ainda evidencia como o estímulo à agricultura pode realizar um desenvolvimento econômico sustentável.

15

Sem dúvida, as temáticas trazidas nesta edição da **Revista Perspectivas em Políticas Pública** refletem a riqueza do campo de estudo. Por isso, convido os leitores a mergulharem nessas águas.

Estimados lectores,

Es en la arena de las Políticas Públicas que las diferentes demandas sociales son presentadas y también es en ese espacio que la asignación de los escasos recursos públicos es definida. Por eso este campo de

estudio tiene una importancia estratégica para las sociedades modernas. Las decisiones aquí están lejos, muy lejos, de la neutralidad. Sea porque cada una contempla una opción metodológica y teórica; sea porque las acciones de las políticas públicas construyen las bases de estructuración de la sociedad. De ahí que este campo de estudio sea tan rico y diverso.

La Revista Perspectivas en Políticas Públicas (PPP) siempre tuvo el objetivo de contribuir al madurar de ese debate. A lo largo de sus 10 años de existencia, esta revista se reguló por la diversidad y buscó establecer una rica interlocución entre la Universidad y la Sociedad. Fueron años de crecimiento y de consolidación de la Revista como una referencia importante en el área de políticas públicas. Hemos logrado alcanzar la clasificación B3 por CAPES. Esta victoria, en gran parte, refleja el trabajo de dos mujeres que incansablemente se involucraron en la edición de la revista: la Profa. Carmem Lúcia de Castro Freitas y la Profa. Cynthia Rúbia Braga Gontijo. Es, sin embargo, llegada la hora de cambio.

16

En la última reunión del Comité Editorial se realizó votación para la función de editor jefe. Unánimemente fue indicado el nombre de la Profa. Núbia Braga Ribeiro. Ella, valientemente, aceptó la misión de continuar buscando la excelencia en el debate académico. Por otro lado, la Dirección de la Facultad de Políticas Públicas (FaPP) también cambió de mando. En este sentido asumió el profesor Rogério Tobías. Son vientos de cambios. Sin embargo, la historia también se hace de permanencias.

El lector percibirá que el objetivo de la Revista PPP sigue el mismo: consolidar un espacio de reflexión crítica sobre las políticas públicas. La prueba está en esta 20ª edición. En este volumen, se encuentran ocho preciosos artículos.

Los cuatro primeros textos discuten la temática del sistema penitenciario y de las drogas. Temas de alta relevancia para el deslinde de los

problemas de seguridad pública que a todos alcanza. Marina Pimenta y Rafaelle Lopes reafirman el trabajo como componente central de organización de las sociedades y, especialmente, como mecanismo de inclusión social de los ex detenidos del sistema penal. En el artículo, las Autoras presentan el doble desafío de garantizar la inserción de los ex detenidos en el sistema productivo. Además, ellas realizan una revisión de literatura identificando que, a pesar del exponencial crecimiento de la masa carcelaria en Brasil, sólo hay un discreto aumento en la producción de artículos acerca de esa cuestión social.

También sobre el sistema penitenciario es el análisis realizado por Adriana Corrêa de Andrade, Douglas Antônio Rocha Dinis, Douglas Mariano José Amado Mamede y Erik Barbosa da Silva. Los Autores buscan discutir cuáles son los posibles reflejos en el sistema penitenciario de Minas Gerais de la propuesta de reducción de la mayoría de edad penal. Para ello, analizan las principales propuestas legislativas que involucran la reducción de la mayoría de edad penal en contraposición a los datos cuantitativos del Mapa del Encarcelamiento disponibles en el sitio de la Secretaria de Estado de Defensa Social de Minas Gerais (SEDS). Frente a ello, argumentan que la propuesta de cambio legislativo puede acentuar, aún más, el crecimiento del colectivo carcelario. Además, argumentan sobre la ausencia de políticas públicas capaces de construir un espacio adecuado a la resocialización. Una combinación de efectos perversos.

Todavía próximo de ese debate, está el artículo *Presidio Regional de Pelotas: un estudio sobre detenidas y las políticas públicas dirigidas a su resocialización*. En él, Leticia Caldas Lopes, Patricia de los Santos Lopes Soares y Rodrigo Serpa Pinto investigan si el PRP-RS ha ofrecido actividades capaces de favorecer la resocialización de las detenidas y si las presidiarias han respondido positivamente a las acciones propuestas. En este aspecto, el artículo revela ser baja la oferta de actividades inclusivas de las presidiarias y también revela ser apenas mediana la satisfacción de las presas en lo que se refiere a las acciones realizadas.

Los Autores aún analizan el perfil socioeconómico de las presidiarias y evidencian la composición de la masa carcelaria: mujeres sobrantes del sistema social. Negras y morenas de baja escolaridad y pobres. Mujeres que se implican en el tráfico y que tienen sus vidas aprisionadas.

Es precisamente en este punto que João Eric Mendes Lopes trae su contribución. El autor traza una cronología de la utilización social de paraísos artificiales y también argumenta cómo a lo largo de la historia hay un desplazamiento de la comprensión del uso de algunos estupefacientes. De la irrelevancia jurídica al ilícito penal; de la aceptación del hecho sociocultural a la estigmatización y al rechazo. A partir de ahí, el autor argumenta que las acciones gubernamentales prohibicionistas y de fuerte represión a las drogas fracasaron, debiendo la perspectiva de salud pública ser el nuevo discurso legitimador para las intervenciones gubernamentales.

18

La salud es, por lo tanto, el elemento de conexión con el artículo de Lucas Vasconcelos Priante, Leonor Bernadete Aleixo dos Santos, Jean Serrão Oliveira y Adenes Teixeira Alves. Estos Autores realizaron un estudio de la ejecución presupuestaria del fondo municipal de salud de Manaus en el período de 2012 a 2014 y aún realizaron una contraposición con los datos del Portal de Transparencia relativos a la Ley de Responsabilidad Fiscal. El objetivo fue establecer un análisis comparativo entre lo programado y lo efectivamente realizado en los ingresos y gastos públicos. La importancia de este estudio es la demostración del presupuesto público como una pieza de planificación y de control social.

Por otra parte, la planificación es la palabra clave para las acciones de largo plazo transformadoras de la realidad social. Acción, hoy, indisociable de la colecta y del análisis de datos. Es entonces ahí donde se inscribe el artículo de Patrícia Soraya Mustafa, Paula Regina de Jesus Pinsetta Pavarina, Maísa Faleiros da Cunha e Cassio Garcia Ribeiro, el cual demuestra la posibilidad de utilización del Catastro Único para basar

las políticas públicas. Los Autores demuestran, con base en el estudio de la realidad de dos municipios brasileños, que los datos constantes en el CadÚnico van mucho más allá de los aspectos de la extrema pobreza y pueden constituir un diagnóstico socioeconómico de los territorios.

Todavía en el marco de la planificación se inscribe el artículo de Erasmo José Gomes, Márcio Bobik Braga y Amaury Patrick Gremaud. En este estudio, los Autores realizan la sistematización de las políticas de desarrollo industrial y de estímulo a la innovación, realizadas entre 1995 a 2010. El enfoque de la investigación está en la concesión por el Estado de incentivo fiscal / financiero como inductor de acciones de la iniciativa privada. Los resultados alejan la idea de que Brasil abandonó instrumento de política industrial a partir de los años 90. Los Autores además organizaron los datos de investigación para demostrar convergencias y diferencias entre los períodos del gobierno comandado por el PSDB y el PT.

En otro giro, pero no menos importante, se inscribe el artículo de Corina Alves Farinha. La Autora adoptando como telón de fondo las acciones afirmativas gubernamentales relativas a las personas LGBT, realizó una investigación cualitativa del proceso de reclutamiento y de selección de ese perfil poblacional. El objetivo fue verificar la percepción de los profesionales de reclutamiento y de los futuros gestores de organizaciones sociales acerca del tema. La constatación es que aún permanece entre los profesionales del área una dificultad de tratamiento dirigido a ese público y que la superación de esa resistencia ha sido ofrecida en gran parte por la postura activa de los candidatos. La autora, sin embargo, reafirma la necesidad de permanencia de las políticas públicas dirigidas a ese segmento como forma de construir una sociedad más inclusiva.

En la sesión punto de vista, Leonardo Koury Martins trae sólidos argumentos para la comprensión del "acto alimentario" como un elemento central de organización de política pública. Al discutir los platos

típicos de Minas, el Autor demuestra cómo los juicios de gusto desde la producción al consumo reflejan aspectos culturales y de la territorialidad. Por otro lado, el autor todavía evidencia cómo el estímulo a la agricultura puede realizar un desarrollo económico sostenible.

Sin duda, las temáticas traídas en esta edición de la Revista Perspectivas en Políticas Públicas reflejan la riqueza del campo de estudio. Por eso, invito a los lectores a sumergirse en esas aguas.